Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL

DECISÃO SINGULAR DSG - G.JRPC - 11578/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/171/2017
PROTOCOLO	: 1775282
ÓRGÃO	: AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL (AGRAER)
JURISDICIONADO (A)	: ENELVO IRADI FELINI
CARGO	: DIRETOR-PRESIDENTE
INTERESSADO (A)	: GIOVANNA M. C. B. DI SALVO – ME
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 14/2016
RELATOR (A)	: CONS. JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL

RELATÓRIO

Tratam os autos da prestação de contas referente ao Contrato Administrativo n. 14/2016, celebrado entre a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) e a empresa Giovanna M. C. B. Di Salvo – ME, tendo por objeto a aquisição de sacas de sementes de feijão. Neste momento, examina-se a regularidade da **licitação** (primeira fase), realizada por meio do Pregão Eletrônico n. 7/2016, e do **contrato** (segunda fase).

Os documentos presentes nos autos foram analisados pela 1ª Inspetoria de Controle Externo (1ª ICE) e pelo Procurador do Ministério Público de Contas (MPC). Ambos concluíram pela regularidade da licitação e do contrato, conforme se observa na Análise n. 5043/2017 (peça n. 19, fls. 212-216) e no Parecer n. 14714/2017 (peça n. 20, fl. 217).

É o relatório.

DECISÃO

Examinando a prestação de contas em julgamento, verifico que os documentos relativos à licitação e ao contrato estão em consonância com os dispositivos legais pertinentes.

Diante disso, concordo com a análise da 1ª ICE, acolho o parecer do representante do MPC e, com fundamento na regra do art. 59, I, da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, decido declarar a **regularidade**:

I – da licitação (primeira fase), realizada pela Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural por meio do Pregão Eletrônico n. 7/2016;

II – do Contrato Administrativo n. 14/2016 (segunda fase), celebrado entre a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) e a empresa Giovanna M. C. B. Di Salvo – ME.

Depois de publicada esta Decisão, os autos devem ser encaminhados à 1ª ICE, para o exame dos documentos relativos à execução financeira da contratação.

É a decisão.

Campo Grande, 5 de setembro de 2017.

JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL
Conselheiro relator

RT